



Centro de Estudos de Geografia  
e Ordenamento do Território

**SANTANA, PAULA**

*CEGOT | Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade  
de Letras da Universidade de Coimbra*  
Colégio de São Jerónimo, 3004-530 Coimbra, Portugal  
[paulasantana.cegot@gmail.com](mailto:paulasantana.cegot@gmail.com)

## Editorial

### Editorial

**Referência:** Santana, Paula (2019). Editorial. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 17 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 3-4

O primeiro número de 2019 não temático da revista GOT reúne 10 artigos, selecionados entre os 44 recebidos, que tratam temas no âmbito da geografia e do ordenamento do território. A revisão destes textos foi efetuada por 50 avaliadores, alguns dos quais tiveram a seu cargo mais do que um texto. Quero agradecer aos membros da comissão editorial, aos autores e aos avaliadores o cuidado e o empenho nas sucessivas revisões dos textos, trabalho essencial para garantir a qualidade desta edição.

Dos dez textos, sete são relativos ao Brasil (desde São Paulo, às cidades e áreas rurais da Amazônia), dois apresentam como área de estudo municípios ou partes de municípios da Área Metropolitana de Lisboa e o último leva-nos até Marrocos.

Este número da GOT revela não só diversidade geográfica como também diversidade temática. No sétimo artigo os autores analisam a intensidade e a evolução horária da ilha de calor e seca em Penápolis, uma cidade pequena do noroeste do estado de São Paulo, de acordo com os diferentes tipos de tempo. Concluíram que a ilha de calor e seca atuaram concomitantemente na área urbana, principalmente em dias de estabilidade atmosférica (ventos fracos e sem precipitação). Além disso, destaca-se que ambas também tiveram suas intensidades máximas nos meses de verão, aumentando os desconfortos térmicos.

No primeiro, sexto e nono artigos a Amazônia Brasileira está em foco. No sexto, apresenta os aspetos sociais e demográficos do território rural da Amazônia brasileira, utilizando abordagem qualitativa. Revela a fuga dos jovens adultos para centros urbanos, principalmente as mulheres, as condições sociais de moradia e de saneamento bastante precárias, principalmente com o abastecimento e acesso a água encanada. O nono texto

apresenta a evolução morfológica dos padrões de assentamentos de reforma agrária na Amazônia Oriental em quatro períodos: Pombalino, Borracha, Militar e Contemporâneo. Os resultados têm por base a correlação entre as funções dos cursos d'água e sua relevância para os planos de colonização/assentamento.

Ainda referindo o Norte da Amazônia brasileira, o primeiro artigo é relativo ao licenciamento ambiental no estado de Amapá, procurando afirmar a complexidade e a complementaridade desses instrumentos e sua aplicação em territórios singulares, que apresentam áreas protegidas e incipientes atividades económicas passíveis de gerarem significativos impactos.

O terceiro texto apresenta o percurso histórico e a evolução da implementação do cadastro territorial urbano no Brasil. Parte-se do pressuposto de que a sua evolução está diretamente ligada à dinâmica do processo de municipalização e de ocupação territorial do país, ampliada a partir da Constituição de 1946. Termina em 2009, apresentando as diretrizes para a elaboração do cadastro territorial urbano, sob a perspectiva multifinalitária.

No segundo e décimo textos continuamos no Brasil. No segundo, os autores identificam os indicadores de sustentabilidade socioambientais na Comunidade de Rolim de Moura do Guaporé, utilizando métodos qualitativos, apresentam uma matriz (PEIR) e sugerem mudanças nas atuais políticas públicas aplicadas em comunidades tradicionais, visando minimizar as problemáticas ambientais. O décimo texto é relativo ao índice de Cobertura Vegetal e Índice Visual de Verde (indicadores de qualidade ambiental urbana). Neste artigo conclui-se que há necessidade de incluir a análise da vegetação vertical nos estudos de qualidade ambiental urbana.

Os textos quinto e oitavo ilustram casos de estudo em Portugal: o quinto relativo a uma proposta de afetação social das mais-valias urbanísticas; partindo do que estabelece a Lei nº31/2014 – LBGPPSOTU, clarifica o que deve ser entendido como afetação social das mais-valias. A pesquisa baseia-se numa investigação conduzida no concelho de Alcochete. O oitavo texto está orientado para as questões da sustentabilidade Sociocultural na paisagem urbana histórica e multicultural no Bairro da Mouraria (Lisboa).

Por fim o quarto texto, relativo à área de montanha do Rif Central de Marrocos, apresenta como grande desvantagem para o desenvolvimento sustentável desta área as mudanças globais, incluindo transformações sociais, ambientais e económicas.